

Apresentação do dossiê *Arquivos e memória do religioso*

JORGE REVEZ* | NUNO ESTÊVÃO FERREIRA**



* Centro de Estudos Clássicos, Universidade de Lisboa

Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de História Religiosa, Portugal

Centro de Estudos Interdisciplinares, Universidade de Coimbra

<https://orcid.org/0000-0002-3058-943X>

jrevez@campus.ul.pt

** Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de História Religiosa, Portugal

<https://orcid.org/0000-0002-0468-2745>

neferreira@ucp.pt

Depois de tanto tempo circunscrita a uma dimensão instrumental, a Arquivística não é hoje uma ciência ou um saber auxiliar da História, nem tão pouco apenas um substantivo no qual se colocam adjetivos, como religiosa, histórica, empresarial ou familiar. É parte integrante do amplo campo científico inter e transdisciplinar da Ciência da Informação, e com o qual partilha semelhante amplitude epistemológica e trilha diferentes vias exploratórias do conhecimento. Basta observar fenómenos como a proteção de dados pessoais, os repositórios digitais, a preservação digital ou as Humanidades Digitais, para se perceber o alcance dos diálogos que a Arquivística tem encetado com diferentes áreas, desde o Direito à Computação, passando pela História, Biblioteconomia ou Museologia.

A História Religiosa não é exceção, pois ao tomar o elemento religioso como estruturante do devir humano e como ponto de observação das sociedades, debate-se com o problema da memória e com a forma como esta foi criada, também, a partir de registos, isto é, através de documentos de arquivo. A memória é, também, a memória registada e a Arquivística lida com o que se registou, mas também com o que se eliminou, o que se organizou e como organizou, o que foi transmitido, o que foi preservado e o que foi obliterado. Alfredo Teixeira recordava Jacques Derrida quando escreveu que «a problemática da propagação, distribuição e durabilidade dos diversos substratos culturais tem uma estreita ligação com os diversos processos sociais de memorização. “Memorializar” é ordenar o mundo. Recordar ou esquecer é sempre classificar – o arquivo, objeto-memória, por excelência, torna evidente

esse princípio de unificação, identificação e classificação»¹. As diferentes expressões do religioso também participam neste processo social, não havendo «universo religioso que não se refira a um material simbólico recebido, a uma herança legada, a uma memória que solidariza o passado e o presente»².

Com o Dossier 'Arquivos e memória do religioso', pretende-se discutir na revista *Lusitania Sacra* a relação entre a religião e a memória, assumindo os arquivos como lugar privilegiado de observação. Como construções sociais, os arquivos assumem papel fulcral para a problematização da memória das organizações e, como sistemas de informação, condicionam os modos pelos quais os legados institucionais são difundidos e captados no tempo pelos grupos sociais e pelos cidadãos. Mas os profissionais de arquivo são também chamados a desempenhar um papel social muito relevante, pois como lembrava Eric Ketelaar, é fundamental que os arquivistas compreendam as ligações entre os arquivos e a construção de memórias e identidades, individuais e coletivas³. Os arquivos são únicos devido à sua proveniência, mas são construções. Assim como o são as memórias e as identidades, que são imaginadas, construídas, mantidas e transferidas dentro de quadros sociais.

Com a chamada de artigos desencadeada em julho de 2021, dava-se sequência a uma linha de trabalho do Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa (UCP-CEHR), centrada na correlação entre o património documental como instrumento de memória das organizações e a organização de fontes historiográficas. A par de trabalhos de organização de espólios pessoais e institucionais, o UCP-CEHR promove, desde 2020, e em conjunto com diferentes organizações da sociedade civil, a Rede de Arquivos de Instituições Religiosas (RAIR)⁴, iniciativa que pretende consolidar formas de cooperação a partir de diferentes lugares, mas relacionados com a promoção do património documental.

Neste sentido, a *call* (chamada) internacional para investigações situadas nas mesmas áreas de interesse elencava como tópicos possíveis: teoria arquivística, sistemas de arquivo, património documental, memória religiosa, identidades religiosas, práticas religiosas e estudos de caso sobre arquivos de instituições religiosas. Da arbitragem científica (*double-blind peer review*) resultaram cinco textos nos quais são debatidos problemas como: métodos de identificação de séries documentais com base no estudo comparativo entre processo administrativo e repercussões arquivísticas; os contributos para a cultura escrita dos produtores e organizadores de

1 TEIXEIRA, Alfredo – Religião, memória e cultura: perspectivas teóricas a partir de Maurice Halbwachs. *Horizonte*. 17:53 (2019) 919.

2 TEIXEIRA – Religião, memória e cultura, p. 931.

3 Cf. KETELAAR, Eric – Archives, memories and identities. In *Records, Archives and Memory: Selected Papers from the Conference and School on Records, Archives and Memory Studies, University of Zadar, Croatia, May 2013*. Zadar: University of Zadar, 2015, p. 47-76.

4 Cf. www.rair.pt.

acervos documentais; a comunicação de arquivos pessoais que constituem memória de crentes; a relação entre o fenómeno religioso e a memória; a relação entre a proteção da intimidade de pessoas singulares e coletivas e as expetativas dos cidadãos em face de arquivos privados.

A variedade de questões abordadas é acompanhada por uma evidente diversidade de arquivos, que enquadram diferentes experiências de trabalho e de estudo capazes de as suscitar. Para além das cronologias e dos espaços, as tipologias documentais são profundamente díspares, à semelhança do que sucede com os perfis dos seus produtores e organizadores. As investigações que estiveram na base dos textos aqui reunidos referem-se a arquivos monásticos (Leão e Portugal), de santuários (Fátima), particulares, de família (Almeida Garrett) e pessoais (Irmã Lúcia). Remetem para tombos de propriedades (séculos XVI-XIX), cartórios e bibliotecas cistercienses (séculos XIII-XV), documentação da Comissão Promotora da Restauração do Bispado de Castelo Branco (constituída em 1918), correspondência e memórias pessoais como prova de fé e as mensagens recolhidas no Santuário de Fátima como sendo dirigidas a Nossa Senhora.

Rafael Ceballo Roa trabalha os tombos de propriedade do mosteiro beneditino de Santa María de Carbajal (León) e da Fundación Octavio Álvarez Carballo. Relevantes fontes historiográficas em diferentes áreas, aquele tipo de documentação constitui um decisivo instrumento de controlo e de gestão da propriedade. A análise comparativa entre a tramitação administrativa, do plano régio ao plano local, e os seus resultados arquivísticos, por tipologias, fornece a metodologia de identificação das principais séries documentais. Neste sentido, o autor chama à atenção para a necessidade de se entenderem os tombos de propriedade não apenas como fontes, mas também como objetos singulares de investigação.

O texto de Luís Miguel Répas e Catarina Fernandes Barreira contém um balanço sobre os trabalhos em torno da cultura escrita dos mosteiros femininos cistercienses e um conjunto de linhas de análise sobre uma matéria que, em Portugal, não tem suscitado particular interesse. A avaliação incide sobre as investigações em torno da documentação administrativa e de códices em Lorvão, Arouca, Celas, Cós, Almoster, Odivelas e Cástris (fundados no século XIII) e tem por base a produção, aquisição e organização dos seus cartórios e bibliotecas, a par de registos sobre a sua organização e funcionamento. O foco reside na prática da leitura em ambiente monástico, assim como na literacia das monjas. Vida religiosa, leitura, arquivos e bibliotecas formam aqui um quadrado relevante para compreender a cultura medieval.

Ana Margarida Dias da Silva e Leonor Calvão Borges apresentam o Arquivo da Irmã Lúcia, no Carmelo de Santa Teresa de Coimbra. O trabalho de organização da documentação requereu a constituição recente de um grupo de trabalho

dedicado a este empreendimento. Ao longo do texto, as duas autoras remetem para questões como a escrita como forma de obediência para divulgação da mensagem de Fátima, o arquivo como prova de fé, a documentação como reflexo da comunicação com a transcendência e o acesso a um arquivo pessoal e a sua comunicação quando, como é o caso, constitui memória e testemunho de fé.

Com base na análise de documentação da Comissão Promotora da Restauração do Bispado de Castelo Branco, constituída em 1918, António R. Telles Costa discute a relação entre o fenómeno religioso e a memória. A inevitável conexão entre famílias e comunidades locais, compostas por indivíduos, organizações civis ou religiosas, justifica a classificação de arquivos de família como arquivos de comunidades e da comunidade. A observação assenta no arquivo da família Almeida Garrett, detentor daquela documentação, e na sua relevância para a memória local do religioso.

As noções de privacidade e de reserva de intimidade, enquanto suscetíveis de condicionar o acesso a documentação de instituições religiosas, são abordadas por André Melícias e Marco Daniel Duarte. O pretexto reside na série 'Correio de Nossa Senhora' do Arquivo do Santuário de Fátima. O conjunto documental é composto por missivas ou anotações variadas com mensagens, petições, preces ou considerações dirigidas a Nossa Senhora de Fátima por crentes do mundo inteiro por correio tradicional e eletrónico ou depositados em locais específicos do Santuário. Este é um exemplo singular das diferentes fronteiras epistemológicas que a Arquivística habita, pois além dos pressupostos inerentes ao trabalho técnico, o profissional de arquivo e as instituições em que este exerce funções debatem-se com questões complexas, dando naturalmente origem a 'lugares de tensão', como os autores intitulam o seu contributo.

Quiseram os organizadores que este dossier fosse uma oportunidade para explorar novos territórios investigativos. O resultado mostra a interseção da Arquivística com a História Religiosa, bem como o seu cruzamento com muitas outras áreas do saber, o que lhe confere riqueza analítica e espaço para novas reflexões, tal como a certeza do muito trabalho que ainda está por fazer.